



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - ASSISTENTE SOCIAL

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

O dicionário de Antônio Houaiss, na pág. 284, registra no verbete “biblioteconomia”: “1. parte da bibliotecologia que trata dos aspectos da armazenagem, do acesso e da circulação das coleções de livros, 2. conjunto de conhecimentos e técnicas necessários à gestão de uma biblioteca. ETIM fr. *bibliothéconomie*.”

Sobre a estruturação e conteúdo desse verbete, é correto afirmar que:

- (A) sendo uma definição, o segmento 1 parte de um termo geral e acrescenta especificações;
- (B) os segmentos numerados mostram, em ordem cronológica, os significados adquiridos pelo termo “biblioteconomia”;
- (C) apesar de veiculado em linguagem culta, o verbete traz um erro de concordância nominal;
- (D) segundo o que se apreende do verbete, a bibliotecologia faz parte da biblioteconomia;
- (E) a informação sobre a etimologia da palavra “biblioteconomia” nos indica o significado dos segmentos componentes do vocábulo.

2

Um conto moderno do escritor paranaense Dalton Trevisan começa com a seguinte frase:

“Primeira noite ele conheceu que Santina não era moça.”

A marca essencial desse segmento que o insere no conjunto dos textos literários de ficção e não entre os textos informativos, é:

- (A) a seleção vocabular de linguagem erudita;
- (B) a absoluta correção gramatical na estruturação das frases;
- (C) o emprego da linguagem popular como sinal de inclusão;
- (D) a presença inicial de termos sem referentes na realidade;
- (E) a necessidade de situar no tempo e no espaço o fato referido.

3

Os textos, independentemente de seu modo de organização, possuem um conjunto de marcas específicas; entre as frases abaixo, aquela que mostra coesão e coerência, é:

- (A) O invisível é real. As almas têm seu mundo;
- (B) A palavra é dom de todos. A sabedoria cabe a Deus;
- (C) Em qualquer abundância há falta;
- (D) A melhor maneira de ir devagar é não ir;
- (E) O caminho que sobe é o mesmo que desce.

4

Em muitas frases podemos optar entre a presença de um termo preposicionado ou de um só vocábulo: tempo de escola = tempo escolar.

A frase abaixo em que o termo preposicionado sublinhado pode ser adequadamente substituído por um só termo, é:

- (A) A sabedoria dos velhos é um grande erro. Não chegam a ser mais sábios, apenas mais prudentes;
- (B) Abraça muito, beije e ria, já que a vida é de graça;
- (C) Tente colocar bom senso na cabeça de um tolo e ele dirá que é tolice;
- (D) O ótimo é inimigo do bom;
- (E) Quem se senta no fundo de um poço vai achar pequeno o céu.

5

Um romance mostra o seguinte segmento:

“Eu pergunto que tipo de história a menina deseja. Ela responde categoricamente que quer uma história de amor e de ficção científica. Então, comecei: ‘Um robô encontra uma jovem...’ Mas ela não me deixa prosseguir. ‘Você não sabe contar histórias’, disse ela. Uma verdadeira história é obrigatoriamente no passado.

- Tá bom, se você quer: “Um robô encontrou uma jovem...”

- Não, tem que ser no passado histórico...

- Bom, lá vai: “Outrora, há muito tempo, um robô muito inteligente, ainda que totalmente metálico, encontrou num baile uma jovem da nobreza. Eles dançaram e ele lhe disse coisas gentis. Ela ficou corada. Ele se desculpou e recomeçaram a dançar. Ela o achou um pouco ousado, mas encantador... Eles se casaram pouco tempo depois, receberam muitos presentes e partiram em viagem de lua de mel.”

Sobre esse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o aspecto de ficção científica da história narrada se restringe ao personagem robô e a suas ações mecânicas;
- (B) a observação de que uma história deve obrigatoriamente ser narrada no passado é verdadeira, mostrando o conhecimento textual da menina;
- (C) o passado histórico solicitado pela menina foi realizado por meio de expressões de tempo distante e de ambientes literariamente idealizados;
- (D) o texto narrativo produzido pelo narrador mostra a preocupação de limitar-se ao absolutamente essencial do enredo;
- (E) o narrador da versão final da história mostra preocupações de usar a linguagem informal, adequada à pouca idade da leitora.

6

“Numa peça teatral ou romance, uma palavra imprópria é apenas uma palavra: e a impropriedade, seja ou não percebida, não acarreta consequência alguma. Num código legal – especialmente composto de leis tidas como fundamentais – uma palavra imprópria pode ser uma calamidade nacional: e a guerra civil, a consequência disso. De uma palavra tola podem irromper mil punhais.” (Bentham, 1796)

A finalidade básica desse fragmento textual é:

- (A) alertar contra o uso impróprio de palavras, especialmente em textos de grande aplicabilidade social;
- (B) mostrar o uso irresponsável das palavras em textos modernos, mesmo naqueles produzidos por pessoas cultas;
- (C) indicar que a impropriedade vocabular é fruto da inadequação entre o significado da palavra e a situação em que é empregada;
- (D) demonstrar a absoluta necessidade de que os usuários das palavras tenham perfeito conhecimento de seus significados;
- (E) aconselhar que os autores dos textos verifiquem a possibilidade de ambiguidade no uso dos vocábulos a fim de evitarem consequências desastrosas.

7

“O estudo dos textos argumentativos ocupa um lugar importante no ensino de textos. Isso parece amplamente justificado, porque é essencial dominar a argumentação antes de entrar na vida adulta. De um lado, isso permite não se deixar influenciar de maneira inconsciente por aqueles que dominam a argumentação, sejam eles políticos ou publicitários, por exemplo. De outro lado, saber argumentar permite fazer-se entender e realizar seus desejos. Assim, entre dois candidatos a um emprego, se os perfis são idênticos, aquele que sabe argumentar será certamente favorecido.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que se deve aprender argumentação antes de entrar-se na vida adulta;
- (B) o primeiro período do texto mostra a opinião do argumentador sobre o tema discutido;
- (C) ao citar políticos e publicitários, o argumentador aponta pessoas que desonestamente manipulam argumentos;
- (D) o argumentador limita-se a citar exemplos, substituindo os argumentos por eles;
- (E) o público-alvo do texto acima é, prioritariamente, os candidatos a alguma entrevista de emprego.

8

Observe o texto argumentativo a seguir.

“No século XXI, a igualdade entre mulheres e homens ainda não é uma realidade. Por que é tão difícil atribuir às mulheres as mesmas posições que aos homens? Não há nenhum motivo por que uma mulher receba salário menor do que o de um homem, se o trabalho é o mesmo. E esse é exatamente o caso. Em nossos dias, na França, com o mesmo tempo de trabalho, mesma seção, mesma categoria profissional, a redução do salário feminino chega a 10%. Do mesmo modo, não é normal que postos de trabalho de mais responsabilidade sejam majoritariamente ocupados por homens. Segundo os dados fornecidos pela Comissão Europeia, na França de 2017, só 33% dos quadros superiores são de mulheres. É mais do que nos Países Baixos e na Grécia (25%), muito mais que em Luxemburgo (18%), mas menos que na Polônia ou na Eslovênia (41%), do que na Hungria ou na Suécia (39%). De qualquer modo, nenhum país da comunidade europeia chega à paridade nesse terreno.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o texto não apresenta argumentos em defesa da tese exposta, limitando-se a citar exemplos;
- (B) as estatísticas apresentadas servem para apoiar uma tese contrária à defendida no texto;
- (C) a tese do texto é a de que as mulheres devem receber tratamento igual ao dos homens, no mercado de trabalho;
- (D) os argumentos apresentados no texto são do tipo subjetivo, apoiados basicamente na opinião do argumentador;
- (E) o último período do texto confirma a razão de as mulheres receberem distinção no tratamento profissional.

9

“O que eu poderia fazer para vos demonstrar, senhores, a utilidade da agricultura? Quem atende nossas necessidades? Quem fornece meios para nossa subsistência? Não é o agricultor? O agricultor, senhores, que semeia os campos, faz nascer o trigo, o qual, transformado em farinha e levado para as cidades e aos padeiros, torna-se alimento para os ricos e pobres. Não é ainda o agricultor que alimenta, para nossas roupas, seus rebanhos nas pastagens? Como nos vestiríamos ou nos alimentaríamos sem o agricultor?”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o argumento utilizado para a defesa da tese é o da autoridade, fundamentada na opinião do argumentador;
- (B) a tese defendida se apoia em dois argumentos, fundamentados no conhecimento livresco dos cidadãos;
- (C) o termo “ainda” mostra a passagem do primeiro para o segundo argumento empregado na defesa da tese;
- (D) a última pergunta do texto tenta convencer o leitor sobre a tese proposta, apoiada na intimidação;
- (E) o convencimento do ouvinte, nesse texto, é feito exclusivamente por meio da racionalidade.

10

Num texto argumentativo, aparecem argumentos e exemplos; a opção abaixo que traz um exemplo e não um argumento, é:

- (A) O dinheiro faz nascer maus sentimentos em relação aos outros homens;
- (B) Tarzan é um dos heróis de ficção mais amados pelos brasileiros;
- (C) O conhecimento do passado é importante para a compreensão do presente;
- (D) Sonhar nos faz suportar a mediocridade da vida cotidiana;
- (E) É indispensável a adoção de um projeto de combate à poluição do meio ambiente.

11

“Se você escolher a cidade como local de residência, você deve estar preparado para escutar a bela música das buzinas e a respirar um ar saudável, enriquecido de fumaça de todas as espécies. Por outro lado, viver no campo é benéfico porque isso permite que você se aproxime da natureza, que escute os belos cantos dos pássaros, sem contar a solidariedade dos vizinhos em caso de aborrecimento ou doença.”

Sobre esse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) a tese defendida no texto é a de que a vida no campo e na cidade apresentam diferentes vantagens;
- (B) o conector “Por outro lado”, empregado entre os dois principais segmentos do texto, indica semelhança entre a vida na cidade e a vida no campo;
- (C) o processo utilizado pelo argumentador na desvalorização da vida na cidade é a ironia;
- (D) os argumentos utilizados na defesa da tese pelo argumentador se apoiam em valores humanos, sociais e econômicos;
- (E) o argumentador apresenta de forma imparcial as vantagens e desvantagens de viver-se no campo e na cidade.

12

Observe o trecho narrativo a seguir, fundamentado na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal:

“No dia 23 de abril, pela manhã, saímos de nossa nau, preparamos um batel e dirigimo-nos à terra, onde já nos esperavam alguns índios. Reconheci, entre eles, um que, no dia anterior, me dera um colar de penas em troca de algumas contas. Logo a seguir, passamos a caminhar pela areia, ainda que com alguma dificuldade, porque nossos casacos grandes não ajudavam com o calor e nossas botas grossas atrapalhavam nosso andar. Pensava no que nos estaria aguardando mais tarde, depois que passássemos o pequeno rochedo da extremidade da praia, talvez uma tribo inteira ou alguns animais ferozes. Continuamos nossa caminhada.”

Sobre a estruturação desse texto narrativo, é inadequada a seguinte afirmativa:

- (A) a marcação do tempo, no início do texto, é feita de forma direta, pela indicação de uma data;
- (B) certas indicações sobre a cronologia da narrativa aparecem de forma indireta por meio das vestimentas dos personagens;
- (C) o ritmo desse texto inclui uma volta ao passado por meio da lembrança de com quem o narrador havia trocado presentes;
- (D) o ritmo dessa narrativa também inclui uma projeção futura, com os fatos imaginados pelo narrador sobre o que o esperava após o rochedo;
- (E) como narrador onisciente que é, o autor do texto tem o cuidado de informar o leitor sobre os fatos mais importantes da narrativa, principalmente sobre a passagem do tempo.

13

Observe a seguinte frase:

“Deus deve amar os homens medíocres. Fez vários deles.”

Sobre o significado e a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) o primeiro período funciona como causa do segundo;
- (B) o segundo período é um fato deduzido do primeiro;
- (C) considerando a frase como texto argumentativo, a tese defendida é verbalizada no segundo período;
- (D) o argumento que defende a tese exposta no período é de caráter opinativo;
- (E) em lugar do ponto separando os dois períodos, poderia estar empregado o conector “já que”.

14

A frase abaixo em que a retomada com o pronome pessoal é feita de forma catafórica, ou seja, referindo-se a algo posterior na frase, é:

- (A) Velhice é quando vamos a restaurantes que têm sommeliers, e não aos servidos por garçonetes;
- (B) Ainda que a expulsa com um forcado, a natureza voltará a aparecer;
- (C) Só os poetas e as mulheres sabem usar o dinheiro como ele merece;
- (D) Quando nós o fizermos, nós o teremos;
- (E) Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.

15

A única frase de construção aceitável, é:

- (A) A seção do equipamento de informática evolui numa velocidade incrível e, a cada ano, eles põem no mercado produtos cada vez mais desenvolvidos.
- (B) A exposição apresenta ao público obras pouco conhecidas, pois eles as produziram no início de suas carreiras.
- (C) A reunião dos operários ocorrerá depois do meio-dia, diante do hospital do bairro. De lá, eles irão bloquear a entrada da fábrica.
- (D) Esta manhã, faltava entusiasmo aos alunos. Então, após a recreação, ele começou seu curso de história, propondo uma discussão interessante.
- (E) Estes aviões servem para o treinamento básico. Devem ser efetuadas ao menos cem horas de voo antes de eles passarem à etapa seguinte.

16

Leia o pequeno texto a seguir.

“Antônio tem sete anos, talvez. Ele sai de um shopping, inteiramente vestido com roupas novas, como para enfrentar uma nova vida. Mas, no momento, ele ainda é uma criança que dá a mão à babá, numa avenida paulista.

Ele não é grande e só vê diante de si pernas de homens e saias muito enfeitadas. No asfalto, centenas de pneus, que rodam ou param diante de policiais nos cruzamentos.”

Sobre a estruturação narrativa desse segmento, é correto afirmar que:

- (A) trata-se do texto inicial de uma narrativa, composto exclusivamente de segmentos descritivos;
- (B) esse fragmento inicial mostra a primeira fase de um enredo, um estado inicial em que ainda não ocorreu a intervenção de um fato transformador, que dê início à narrativa;
- (C) o narrador do segmento é de ponto de vista externo, não participa do enredo e tem olhar onisciente, dominando as informações sobre os personagens;
- (D) o personagem Antônio é descrito por aspectos físicos e psíquicos, de forma exaustiva;
- (E) a localização dos fatos narrados no segmento é feita de forma precisa, com preocupações de justificarem-se fatos futuros.

17

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

- (A) O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplauso;
- (B) Com os pequenos, o governo ruge como um leão; com os grandes, mia como um gato;
- (C) A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;
- (D) A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;
- (E) O que é lei hoje não o é amanhã.

18

Todos os pensamentos abaixo são compostos de dois segmentos, separados por um ponto. A relação lógica entre esses segmentos que é corretamente indicada, é:

- (A) A ostra pode não ser um modelo de beleza. A ostra é sempre uma esperança de pérola / relação de oposição;
- (B) O elefante deixa-se acariciar. O piolho, não / relação de explicação;
- (C) Eu adoro répteis. Eles têm uma pele maravilhosa / relação de comparação;
- (D) Gatos nos olham com superioridade. Cachorros nos olham com docilidade / relação de conformidade;
- (E) Eu prefiro a companhia dos animais. Eles são muito mais simples / relação de causa e consequência.

19

Abaixo estão cinco frases com um termo sublinhado que foi retomado a seguir por um termo que sintetiza o elemento anterior sublinhado; a opção em que a retomada é feita de forma distinta, é:

- (A) João Bruno convidou Fabíola para o espetáculo que ele montou com os colegas da empresa. Este ano, trata-se de uma revista musical.
- (B) Foi necessária uma hora para chegar à autoestrada, depois andamos lentamente durante duas horas. Infelizmente essa situação se repete com frequência.
- (C) Para fazer um bom trabalho, seria necessário retirar as velhas telhas, limpar cuidadosamente a superfície e colocar novas. Nas atuais circunstâncias, essa solução fica sendo a mais realista.
- (D) Sérgio se opôs repentinamente à modificação proposta. Sua atitude surpreendeu a muitos.
- (E) Havia no horizonte campos e campos de milho e trigo, com espaços aqui e ali de áreas reservadas a cultivos experimentais. Essa plantação era verdadeiramente impressionante.

20

Observe o texto predominantemente descritivo a seguir.

“Depois de ter passado o sinal de trânsito da esquina, eu perdi de vista a catedral. Eu não via mais que árvores. Atrás delas apareciam as chaminés das usinas. Alguns quilômetros mais adiante, eu percebi com alívio os primeiros prédios da cidade universitária. Dois estudantes com que cruzei na estrada me olharam de forma curiosa. Tinham as mãos nos bolsos e pareciam sentir muito frio debaixo de seus pesados sobretudos.”

Em relação ao texto descritivo acima, é correto afirmar que:

- (A) não estão em movimento nem o observador nem os objetos da descrição;
- (B) a descrição é feita com base nos sentidos da visão e do tato;
- (C) nesse texto, as limitações no ato de descrever são causadas pelo distanciamento em relação ao que é descrito;
- (D) o observador responsável pela descrição não interfere com o que é por ele descrito;
- (E) a finalidade básica dessa descrição é identificar economicamente o local observado.

21

Todas as frases abaixo mostram a estrutura de uma definição, mas a única que corresponde, de fato, a uma definição, é:

- (A) A História é uma destilação de intrigas;
- (B) O presente é a viva soma total do passado;
- (C) História é a ciência que estuda eventos passados;
- (D) A história é a filosofia em exemplos;
- (E) Tempo é o suspiro de adeus do sol à terra.

22

A pontuação foi criada para que os textos se tornassem mais claros. Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- (A) Como seriam venturosos os agricultores, se conhecessem a sua fortuna;
- (B) A natureza é grande nas grandes coisas, mas é grandiosa nas pequenas coisas;
- (C) O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo;
- (D) Sentar-se à sombra, num belo dia, e repousar o olhar sobre a verdura é o repouso mais perfeito;
- (E) Quando a última árvore morrer e o último rio for envenenado, você vai perceber que o dinheiro não alimenta.

23

Observe a pequena narrativa a seguir.

“João estava sentado no degrau do portão de casa, enrolando a linha da pipa, quando Lila se aproximou e lhe disse que estava fugindo de casa, porque já estava cheia de tudo e perguntou se ela podia ficar escondida na casa dele até ver o que acontecia. João ficou atrapalhado, pois tinha que falar com a mãe, mas ia ver se dava um jeito. De repente surge a mãe de Lila, com um chinelo na mão e gritando com a filha para que ela voltasse imediatamente para casa. Amedrontada, Lila obedeceu e João voltou a enrolar o carretel de linha.”

Considerando as fases do enredo dessa narrativa, a única afirmativa que está em desacordo com o texto é:

- (A) o estado inicial da narrativa mostra João enrolando um carretel de linha de pipa na porta de casa;
- (B) o fato que vai perturbar o fato inicial é a chegada de Lila, que estava fugindo de casa;
- (C) o fato culminante da narrativa é o pedido de Lila para ser abrigada na casa de João;
- (D) o estado final da narrativa mostra o estado inicial melhorado, pois João ficou livre do problema apresentado por Lila;
- (E) um novo fato narrativo é a chegada da mãe de Lila, que obriga a que ela volte para casa.

24

A frase abaixo em que há a possibilidade de dupla concordância nominal na palavra sublinhada, é:

- (A) O que têm essas mulheres de estranhas?
- (B) Os alto-falantes estavam colocados no fundo do palco;
- (C) Veja os nomes abaixo assinados;
- (D) Era um crime de leso-patriotismo;
- (E) É proibida a entrada de bebida alcoólica na festa.

25

AO ENCONTRO DE / DE ENCONTRO A são expressões semelhantes, mas muito diferentes no significado. A frase abaixo em que uma dessas expressões está empregada em lugar da outra, é:

- (A) O acidente causado pelo motoqueiro fez com que o caminhão se desgovernasse e fosse ao encontro do poste;
- (B) Todo o mercado ficou excitado com as notícias de alívio econômico que iam ao encontro de suas expectativas otimistas;
- (C) O novo carro, por seu desempenho e conforto magníficos, ia ao encontro dos desejos do casal, que acabava de adquiri-lo;
- (D) O horóscopo da semana previa muitas dificuldades, o que ia de encontro às notícias agradáveis que estavam surgindo;
- (E) Os resultados obtidos pelo time em campo iam de encontro aos sonhos dos torcedores, que já estavam preocupados com a queda da equipe para a série B.

Legislação Específica e Noções de Direito Constitucional e Administrativo

26

Eliane, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, em atuação em determinado órgão do Poder Executivo do Estado do Amapá, consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à possibilidade de requerer a sua “movimentação”, a pedido, para outro órgão do Poder Executivo.

Na situação descrita na narrativa, a “movimentação” almejada por Eliane é:

- (A) admitida, sendo denominada remoção;
- (B) admitida, sendo denominada realocação;
- (C) admitida, sendo denominada transferência;
- (D) denominada relocação e tem sempre caráter temporário;
- (E) expressamente vedada, por importar em burla à exigência de prévia aprovação em concurso público.

27

Olga ocupa o cargo de juíza de direito auxiliar no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, enquanto Renata ocupa o cargo de juíza de direito substituta no âmbito da mesma estrutura de poder.

A partir da análise da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, é correto concluir que:

- (A) ambas podem assistir o corregedor-geral;
- (B) Olga pode servir em qualquer comarca do Estado do Amapá;
- (C) Renata pode ter domicílio e residência em qualquer cidade do Estado do Amapá;
- (D) ambas podem ser designadas, pelo presidente do tribunal, para dirimir conflitos agrários;
- (E) ambas, no momento oportuno, serão promovidas para varas das comarcas de primeira entrância.

28

Hélio, líder comunitário no Estado do Amapá, tinha interesse em mobilizar a população visando à apresentação, à Assembleia Legislativa, de um projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição do Estado do Amapá, Hélio concluiu, corretamente, que:

- (A) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores do Estado;
- (B) a iniciativa popular se dá por meio dos deputados estaduais, representantes eleitos pela população;
- (C) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 3% dos eleitores do Estado, distribuídos pelo menos por cinco municípios;
- (D) a apresentação de projeto de lei não é possível, embora se possa submeter proposta de emenda constitucional por iniciativa parlamentar;
- (E) o projeto alvitrado não só pode ser apresentado como ainda é garantida a sua defesa em plenário por um dos cidadãos subscritores, na forma do Regimento Interno da Assembleia.

29

Pedro, estudante de direito, foi questionado por seu professor em relação às fases do processo legislativo para a elaboração de uma lei orgânica municipal. De acordo com Pedro:

- (1) o projeto deve ser aprovado em dois turnos de votação;
- (2) pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal; e
- (3) com a sanção do chefe do Poder Executivo.

Ao analisar as afirmações de Pedro em relação ao processo legislativo, o professor observou, corretamente, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) apenas a afirmação 2 está certa;
- (C) apenas a afirmação 3 está certa;
- (D) apenas a afirmação 1 e 2 estão certas;
- (E) apenas a afirmação 1 e 3 estão certas.

30

Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

- (A) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- (B) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- (C) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- (D) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- (E) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

31

João foi condenado em sentença transitada em julgado pela prática de uma infração penal. Poucos meses após o cumprimento da pena, decidiu que iria concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições.

Ao analisar exclusivamente a Constituição da República, não a legislação infraconstitucional, com o objetivo de verificar se a condenação anterior constituiria óbice à realização do seu objetivo, João concluiu, corretamente, que:

- (A) está inelegível;
- (B) está com os direitos políticos suspensos;
- (C) pode ser considerado inelegível por lei complementar;
- (D) está inabilitado para o exercício de outra função pública;
- (E) perdeu os direitos políticos, mas pode readquiri-los com a reabilitação.

32

Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada.

Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- (A) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- (B) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- (C) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- (D) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- (E) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

33

Maria, Ana e Antônia realizaram um debate em relação às características comuns aos recursos especial e extraordinário. Maria defendia que ambos deveriam ser processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Ana sustentava que ambos exigiriam que a causa fosse julgada em única ou última instância. Por fim, Antônia observou que ambos poderiam ser interpostos, respectivamente, após o julgamento de recursos ordinários, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação aos argumentos de Maria, Ana e Antônia, que:

- (A) todos estão errados;
- (B) apenas o de Ana está certo;
- (C) apenas o de Antônia está certo;
- (D) apenas os de Maria e Ana estão certos;
- (E) apenas os de Maria e Antônia estão certos.

34

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa recebeu uma proposição legislativa que tem por objeto a alteração das atribuições de certo órgão colegiado da Administração Superior do Ministério Público do Estado.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República a respeito das normas que estabelecem a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, é correto afirmar que a proposição legislativa precisa ter a natureza de:

- (A) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do governador do Estado;
- (B) projeto de lei ordinária, de iniciativa privativa do Colégio de Procuradores de Justiça;
- (C) projeto de lei complementar, de iniciativa privativa do procurador-geral de Justiça;
- (D) proposta de emenda constitucional, podendo ter sido apresentada por qualquer legitimado para a reforma;
- (E) projeto de lei complementar, podendo ter sido apresentado pelo procurador-geral de Justiça ou pelo governador do Estado.

35

Joyce acabou de ler certo edital que veiculou a realização de um processo administrativo de chamamento público por meio do qual a Administração Pública convocou profissionais interessados em prestar determinado serviço, para que, preenchidos os requisitos necessários devidamente delimitados, se habilitem junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, viabilizando a sua contratação direta, mediante critérios determinados.

No âmbito da Lei nº 14.133/2021, tal edital versa sobre:

- (A) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação dispensável;
- (B) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (C) catálogo eletrônico de padronização de serviços, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (D) credenciamento, que caracteriza hipótese de licitação inexigível;
- (E) pré-qualificação, que caracteriza hipótese de licitação dispensável.

36

Semana passada, Adroaldo, no exercício das atribuições do cargo efetivo em que está lotado no Estado do Amapá, praticou a conduta de negar publicidade a determinado ato oficial, sob o fundamento de que ele está gravado de sigilo, classificado como informação secreta, que, mediante a devida motivação, foi considerada imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

Acerca dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- (A) caso caracterizado o dolo na realização de tal conduta, ficará configurado o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, diante da previsão específica no respectivo dispositivo da Lei de Improbidade;
- (B) independentemente da caracterização de dolo, a conduta em questão não configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, tanto que excepcionada pela própria Lei de Improbidade Administrativa;
- (C) considerando que o rol atinente aos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública é exemplificativo, a conduta em análise deve assim ser caracterizada, ainda que o servidor tenha agido com culpa;
- (D) considerando que a negativa de publicidade não consta do rol taxativo das condutas que configuram o ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a conduta em apreço não poderia ser assim caracterizada ainda que a informação não estivesse gravada de sigilo;
- (E) considerando que a conduta em cotejo não pode ser caracterizada como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, para tanto, é imprescindível o enriquecimento sem causa ou a lesão ao erário.

37

Ao estudar ponto específico de edital para concurso público atinente à organização administrativa, notadamente com relação à descentralização, Ofélia observou que, dentre as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que integram a Administração Pública indireta, é correto apontar:

- (A) as autarquias;
- (B) as prefeituras;
- (C) as associações públicas;
- (D) os tribunais de contas;
- (E) as sociedades de economia mista.

38

Pérola é servidora estável do Estado Delta e viu sua colega de trabalho Açucena, ocupante de semelhante cargo efetivo, investida após a realização de concurso público, ser demitida, após a garantia do contraditório e da ampla defesa, em decorrência de falta grave funcional por ela cometida após dois anos de efetivo exercício, em decorrência de procedimento instaurado uma semana depois da ocorrência da conduta.

Diante dessa situação hipotética, considerando as disposições constitucionais acerca da estabilidade dos servidores públicos, Pérola concluiu, corretamente, que Açucena:

- (A) apenas poderia ter sido demitida por sentença judicial transitada em julgado em decorrência da garantia da estabilidade a ela assegurada pela Constituição;
- (B) poderia ter sido posta em disponibilidade, independentemente do preenchimento de requisitos para a aquisição da estabilidade;
- (C) pode, eventualmente, demonstrar a ilegalidade do procedimento que levou à sua demissão, hipótese em que terá direito à recondução ao cargo que ocupava, independentemente da garantia da estabilidade;
- (D) tem direito à estabilidade, diante do transcurso do prazo de dois anos de efetivo exercício, em razão do que era necessária a instauração do procedimento administrativo disciplinar pertinente para a sua demissão;
- (E) foi demitida com a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, que é indispensável mesmo para as hipóteses em que o servidor ainda não alcançou a estabilidade.

39

Na qualidade de servidora pública ocupante do cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marieva foi questionada acerca de qual teoria foi adotada para responsabilidade civil do Estado pela conduta dos respectivos agentes públicos, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988 e as peculiaridades decorrentes de tal orientação.

Nesse contexto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, Marieva respondeu, corretamente, que se tratava da:

- (A) teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (B) teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (C) teoria da culpa administrativa, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;
- (D) teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade;
- (E) teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade.

40

A autoridade competente no âmbito da atividade de controle sugeriu a revogação de todos os atos administrativos que não mais atendam ao interesse público, mas foi indagada acerca da existência de atos que não seriam passíveis de tal modalidade de extinção.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) todos os atos administrativos são passíveis de revogação;
- (B) apenas os atos vinculados são passíveis de revogação;
- (C) nenhum ato administrativo é passível de revogação;
- (D) somente os atos discricionários são passíveis de revogação;
- (E) apenas os atos administrativos que já exauriram os seus efeitos não podem ser revogados.

Conhecimentos Específicos

41

Partindo da concepção hegemônica de profissão que fundamenta o projeto ético-político profissional do Serviço Social, falar em atribuições e competências profissionais remete à(s):

- (A) demandas que são postas à profissão oriundas dos usuários e respostas advindas das instituições empregadoras desses profissionais;
- (B) divisão do trabalho social que está na gênese da requisição da profissão a partir da desigualdade social brasileira;
- (C) forma de ser das profissões na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, de acordo com as prerrogativas legais;
- (D) disputas presentes no confronto entre projetos e significados atribuídos à profissão, resultantes das forças políticas em seu interior;
- (E) especificidades na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho, respondendo à dinâmica da luta de classes e dessa com o Estado.

42

A comunicação escrita faz parte do dia a dia do trabalho do assistente social em praticamente todas as áreas em que atua, pois é o meio pelo qual o profissional:

- (A) informa, relata e emite opinião técnica sobre determinada matéria;
- (B) avalia a exequibilidade de uma determinada política social para os usuários;
- (C) comprova as atividades realizadas para a instituição empregadora;
- (D) mobiliza recursos financeiros para intervir em uma situação social;
- (E) torna a comunicação com a chefia e equipe multiprofissional mais eficaz e ágil.

43

Um dos instrumentos mais comumente utilizados pelo assistente social é a visita domiciliar.

Na ótica da teoria crítica que ilumina a profissão, esse instrumento tem como finalidade:

- (A) reunir elementos para aferir a verdade sobre o usuário e/ou sua família;
- (B) apreender os vários determinantes sociais que fazem parte daquela realidade social;
- (C) articular critérios sociais com a instituição a fim de determinar prioridades;
- (D) utilizar mais uma atividade vinculada à lógica da razão instrumental;
- (E) verificar e sistematizar as informações prestadas pelos usuários atendidos na instituição.

44

A assistente social Vanessa assumiu há pouco um cargo em uma instituição de saúde. A ela foi demandado um projeto para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas institucionais. Vanessa sabe que deverá obter e analisar dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida, o que se configura no(a):

- (A) estudo social;
- (B) parecer social;
- (C) diagnóstico social;
- (D) análise institucional;
- (E) avaliação situacional.

45

As transformações no chamado mundo do trabalho, notadamente no que concerne à precarização das condições laborais, incidem diretamente no mercado de trabalho do Serviço Social e no exercício profissional de assistentes sociais.

Raichelis (2020) analisa que esse contexto impacta fortemente as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, atingindo também o(s)/a(s):

- (A) organização política e sindical da categoria;
- (B) estabilidade nos vínculos empregatícios dos profissionais;
- (C) processos de trabalho tradicionais designados ao assistente social;
- (D) trabalho em equipe, dado o nível de competitividade instaurado;
- (E) formas de sociabilidade individual e coletiva desses trabalhadores.

46

A terceirização e suas diferentes formas têm impactado as relações de trabalho dos assistentes sociais nos seus espaços ocupacionais – público e privado.

Essa modalidade confere ao exercício profissional dos(as) assistentes sociais a característica de ser:

- (A) consultoria, estável, por demanda;
- (B) por projeto, mercantilizado, gerencial;
- (C) flexibilizado, sazonal, regulamentado;
- (D) autônomo, temporário, por tarefa;
- (E) em parceria, precarizado, empresarial.

47

De acordo com Raichelis (2020), “o estado neoliberal assume a forma de um ‘governo empresarial’ e impõe a mercadorização da instituição pública, que funciona de acordo com regras empresariais da governança público-privada, fazendo com que assalariados(as) trabalhem mais”.

Essa dinâmica incide liminarmente nas atribuições e competências profissionais, cujas tendências se expressam, entre outras, por:

- (A) maior autonomia profissional;
- (B) crescente rotinização de atividades;
- (C) maior qualificação do trabalho técnico;
- (D) diminuição de mecanismos de controle dos serviços.
- (E) incremento no trabalho político-pedagógico com os usuários.

48

No sociojurídico, o instrumento utilizado pelo juiz para obtenção de suporte técnico-científico para resolução de um litígio é o(a):

- (A) relatório social;
- (B) perícia social;
- (C) instrução social;
- (D) parecer social;
- (E) laudo social.

49

O enxugamento de direitos sociais e a ausência ou retirada do Estado em ofertas de serviços que os concretizem aumenta a demanda institucional para a realização de estudos socioeconômicos, perícias sociais e seus registros. Assim, o processo de trabalho profissional começa a ser permeado pela burocratização e ações repetitivas.

No entender de Coelho (2013), a prática burocrática obedece às normas, às regras, aos procedimentos e às ações formalmente estabelecidas.

Dessa forma, na prática do assistente social:

- (A) a totalidade social é representada pelo pragmatismo;
- (B) o conteúdo apresenta-se escamoteado pela forma;
- (C) a prestação de serviços aparece como imediatividade;
- (D) a dimensão técnico-operativa sobrepõe-se às demais;
- (E) o aprimoramento das habilidades profissionais é valorizado.

50

A inserção do Serviço Social no sociojurídico no Brasil caminha com a origem da profissão. Ainda que, no decorrer do processo histórico, o Serviço Social tenha ampliado sua atuação nesse campo, persiste uma contradição fundamental nas instituições em que se situa o exercício profissional de assistentes sociais, que, conforme Silva (2010), atuam:

- (A) no cumprimento da normativa institucional e instituindo critérios de seletividade impostos pelas políticas sociais públicas;
- (B) por dentro do projeto ético-político nos atendimentos individuais e utilizando a abordagem psicossocial para as famílias;
- (C) na dicotomia de uma intervenção recheada de tecnicismo para compreensão da realidade e na imediatividade das requisições cotidianas;
- (D) entre duas requisições: manter a ordem social por meio de instrumentos e práticas de coerção e controle e garantir direitos;
- (E) utilizando ora o Serviço Social clínico ora a Teoria Sistêmica nas intervenções.

51

O assistente social Ricardo recebe a solicitação para avaliar uma situação de litígio que envolve a guarda de um menor.

O instrumento que expressa o posicionamento profissional em relação ao objeto de estudo, sintetizando e analisando a situação, e indicando alternativas, é o(a):

- (A) parecer social;
- (B) informe social;
- (C) diagnose familiar;
- (D) vistoria sociojurídica;
- (E) manifestação técnica.

52

Autora de referência para o Serviço Social no Brasil, lamamoto (2021), ao longo de sua produção, sustenta que “o caráter contraditório do Serviço Social, derivado do caráter mesmo das relações sociais, enquanto relações de classes, que constituem a sociedade capitalista”, situa o Serviço Social como atividade auxiliar e subsidiária na reprodução da força de trabalho, por meio da:

- (A) luta social e negociações com o bloco do poder;
- (B) cidadania, reduzida às suas dimensões civil e política;
- (C) prestação de serviços sociais, vistos os salários indiretos;
- (D) mercantilização do atendimento das necessidades sociais;
- (E) estratégia estatizante, afirmando a Administração Pública tradicional.

53

Autores de referência obrigatória no Serviço Social, como Marilda lamamoto e José Paulo Netto, propugnam que a questão social é a base histórica de requisição da profissão. Nessa linha de análise, a questão social é indissociável:

- (A) do socialismo real;
- (B) do liberalismo clássico;
- (C) dos conflitos sociais;
- (D) da teoria social marxista;
- (E) das configurações assumidas pelo trabalho.

54

Na análise de lamamoto (2022), a tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em:

- (A) consenso e coerção;
- (B) disparidades econômicas;
- (C) políticas sociais pontuais;
- (D) ação sistemática do Estado;
- (E) expressões da violência dos pobres.

55

A presença de novas formas do pensamento conservador na sociedade brasileira atinge as políticas sociais em sua concepção e execução.

Esse fenômeno expressa-se através de:

- I. fundamentalismo religioso
- II. defesa exacerbada da família
- III. naturalização da barbárie.

É correto o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) I e II;
- (D) II e III;
- (E) I, II e III.

56

A discussão sobre a família no âmbito das políticas sociais tem se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas. Uma delas sustenta que a capacidade de cuidado e proteção da família está relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos pelas políticas sociais.

Na compreensão de Miotto (2003), nessa perspectiva a família na sociedade brasileira, hoje, é reconhecida como um(a):

- (A) unidade de cuidado e proteção;
- (B) instância a ser cuidada e protegida;
- (C) concepção naturalizada de obrigações.
- (D) construção histórica permeada por laços consanguíneos;
- (E) união de pessoas a desempenhar funções atribuídas pela sociedade;

57

No que diz respeito à direcionalidade da ação profissional do assistente social no trabalho com famílias, Miotto (2010) avalia que ela deve ocorrer a partir da perspectiva da integralidade das ações conectadas em diferentes níveis.

Uma delas é a organização e a articulação de serviços, cujo principal objetivo é:

- (A) abrandar a responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social, seja por meio do Estado, da comunidade ou do mercado;
- (B) desenvolver estratégias de sobrevivência, de mudança de comportamentos e estilos de vida, vinculando-se em redes de solidariedade;
- (C) distribuir as políticas públicas destinadas à proteção familiar entre os segmentos mais pauperizados da população a partir de critérios socioeconômicos;
- (D) identificar as fontes de dificuldades familiares, possibilidades de mudanças e os recursos necessários para uma melhor qualidade de vida;
- (E) reincorporar os riscos sociais atinentes à família, resignificando-os com base em projeções sociais e demográficas.

58

A ação profissional do trabalho do assistente social com famílias implica, dentre outros, processos socioassistenciais que, para Miotto (2010):

- (A) vinculam as ações profissionais com enfoque no planejamento institucional de gestão e gerência de serviços;
- (B) buscam responder às demandas/necessidades das famílias numa perspectiva de construção da autonomia;
- (C) definem os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que sustentam as finalidades que orientam as ações;
- (D) acarretam ações que privilegiam a discussão da relação família e proteção social na esfera pública;
- (E) estabelecem os sujeitos destinatários das ações, as formas de abordagem e os instrumentos técnico-operativos.

59

A mudança operada na definição e atenção à família a partir da Constituição Federal de 1988, que gerou muitas outras legislações, é um marco importante, pois desnaturaliza o conceito de família, que passa a ser entendido:

- (A) estratificando funções de cuidado e proteção;
- (B) destacando a importância da estrutura familiar;
- (C) oferecendo um ambiente tranquilo e estável;
- (D) fundamentando a centralidade da proteção social;
- (E) enfatizando as funções de cuidado e socialização.

60

Ao se referir à violação de direitos de crianças e adolescentes, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária preconiza que “cabe à sociedade, aos demais membros da família, da comunidade, e ao próprio Estado, reconhecer a ameaça ou a violação dos direitos e intervir para assegurar ou restaurar os direitos ameaçados ou violados”.

Para que isso ocorra, deve-se atentar para:

- (A) a superação de padrões culturais arraigados, característicos de uma sociedade patriarcal, marcada pelo autoritarismo, em que se admite a imposição de castigos físicos e outros tipos de agressão como “educação” dada à criança e ao adolescente;
- (B) as práticas formalmente organizadas de medidas protetivas que estabeleçam uma rede de solidariedade entre vizinhos e comunidade a fim de prestar assistência e socorro em situações de violência contra crianças e adolescentes;
- (C) o fortalecimento e o empoderamento da família por políticas de apoio sociofamiliar, em diferentes dimensões que visem à reorganização do sistema de relações familiares, no que se refere ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes;
- (D) a superação de vulnerabilidades sociais decorrentes da pobreza e privação, incluindo condições de habitabilidade, segurança alimentar, trabalho e geração de renda, que podem redundar em violência;
- (E) a existência e a eficácia de Programas de Apoio Sociofamiliar para a promoção do direito à convivência familiar e comunitária, objetivando a prevenção de situações de violência.

61

Quando a Política Nacional de Atenção Básica alude, em suas diretrizes, à “população que está presente no território da UBS, de forma a estimular o desenvolvimento de relações de vínculo e responsabilização entre as equipes e a população, garantindo a continuidade das ações de saúde e a longitudinalidade do cuidado e com o objetivo de ser referência para o seu cuidado”, se refere à(ao):

- (A) população adscrita;
- (B) estratégia de Saúde da Família;
- (C) política do Idoso;
- (D) participação da comunidade;
- (E) unidade Básica de Saúde Fluvial.

62

Fávero (2020), ao afirmar o estudo social como processo de trabalho, considera que ele é realizado:

- (A) a partir de uma metodologia específica, analisa uma situação social problema, estabelece um plano de ação e os resultados esperados;
- (B) em torno da identificação e do conhecimento de um objeto, projeta uma finalidade e faz uso de determinados meios, ou instrumentos de trabalho, para alcançar essa finalidade;
- (C) teleologicamente, tendo seu início no diagnóstico social, planejamento da ação a ser implementada e as metas a serem alcançadas;
- (D) fundamentado nas dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa conforme estabelecidas no projeto ético-político;
- (E) somente por assistentes sociais com registro ativo no CRESS de sua região com domínio das técnicas de entrevista e monitoramento.

63

O estudo social é largamente utilizado pelo assistente social no sociojurídico. Mioto (2009) propõe pensar esse instrumento a partir de dois pontos, que são:

- (A) o estabelecimento de parâmetros para a implementação de políticas sociais em determinados segmentos populacionais, e o fomento da autonomia do assistente social;
- (B) a mobilização de profissionais de outras áreas do conhecimento para a resolução de uma situação social e a compreensão da totalidade de uma dada situação problema;
- (C) o respeito e a aplicação dos direitos e deveres constantes do Código de Ética Profissional e a escolha do arsenal técnico-interventivo a ser utilizado;
- (D) a interpretação das demandas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social capitalista, e a ação profissional pensada na sua teleologia;
- (E) a utilização das ferramentas e equipamentos sociais disponíveis e a fundamentação teórica com base em literatura especializada.

64

O campo sociojurídico tem adotado, nos últimos anos, as modalidades de teletrabalho, atendimento remoto ou *home office* no processo de trabalho do assistente social.

O Poder Judiciário defende que essas modalidades:

- (A) proporcionam melhor interação entre os funcionários;
- (B) promovem a organização coletiva e pautas comuns;
- (C) melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores;
- (D) fortalecem a continuidade das atividades;
- (E) evitam acidentes de trabalho;

65

Gabriela é candomblecista e está cumprindo pena privativa de liberdade. Seu pai de santo precisou realizar uma intervenção espiritual para a qual havia a necessidade da utilização de fio de contas, defumador, charutos, ervas e flores. Ao chegar à unidade prisional, a entrada do sacerdote foi permitida, mas não a dos artefatos religiosos.

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana:

- (A) é permitido em instituições asilares e de cumprimento de pena privativa de liberdade, desde que o uso de artigos e materiais religiosos seja autorizado pela instância máxima de direção do lugar;
- (B) deve ser limitado à celebração de cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões, sem a utilização de artigos e materiais religiosos;
- (C) pode ser realizado em instituições totais, desde que os cultos sejam previamente agendados e a sua utilização de materiais seja previamente revista, sendo liberada ou não;
- (D) compreende o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas fundadas na respectiva religiosidade, ressalvadas as condutas vedadas por legislação específica;
- (E) é facultado, desde que não comprometa a tranquilidade de outras pessoas também abrigadas na instituição asilar ou de privação de liberdade, devendo ser por elas autorizado.

66

De acordo com o Estatuto do Idoso, a prevenção e a manutenção da saúde da pessoa idosa serão efetivadas por meio de:

- I. vacinação em domicílio.
- II. atendimento domiciliar, incluindo a internação, para quem dele necessitar e esteja impossibilitado de se locomover.
- III. cadastramento da população idosa em base territorial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III.
- (E) I, II e III.

67

O Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica o(a):

- (A) participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do país;
- (B) eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;
- (C) inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira;
- (D) modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;
- (E) promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação étnica e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais;

68

Antônio é portador de escoliose grave e recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) há sete anos. Recentemente começou a trabalhar como ensacador de café no Porto do Rio de Janeiro.

Nesse caso, Antônio:

- (A) para de receber o BPC;
- (B) terá direito a auxílio-inclusão;
- (C) não faz jus à carteira de trabalho assinada;
- (D) perde a condição de pessoa com deficiência;
- (E) receberá vale-transporte pela empresa,

69

Martha é hemiplégica e mora no interior do Rio de Janeiro. Ela é atendida pelo SUS e necessita de um tratamento não disponível em sua cidade, mas possível em um outro município.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência determina que:

- (A) o SUS custeará todo o deslocamento necessário à pessoa com deficiência para outra localidade de atendimento durante o tempo que for necessário. Entretanto, se houver necessidade de acompanhante, as despesas deverão ser particulares;
- (B) a pessoa com deficiência deverá recorrer a entidades do terceiro setor para uma ajuda financeira de, no mínimo, 50% do total necessário. Após o aceite pela entidade e informada a contribuição ao hospital de destino, a pessoa com deficiência terá os 50% restantes financiados pelo setor público;
- (C) as despesas com traslado, alimentação e hospedagem para a pessoa com deficiência e seu acompanhante, caso haja, devem ser dispendidas exclusivamente pela pessoa com deficiência, uma vez que não há verba orçamentária com essa destinação.
- (D) o atendimento fora de domicílio será prestado quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- (E) a pessoa com deficiência, detentora de plano de saúde privado ativo, deverá utilizá-lo para o tratamento, com futuro ressarcimento pelo SUS. O restante das despesas deverá ocorrer às expensas da pessoa com deficiência, sem ressarcimento.

70

Pedro é surdo e irá iniciar seus estudos de nível superior em uma universidade pública. Na primeira semana de aula, a diretora da instituição sugere que ele tranque a matrícula, pois não dispõe de profissional capacitado em Libras.

Em situações como essa, a legislação brasileira propugna que instituições federais de ensino devem:

- (A) contar com a parceria de organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado;
- (B) desenvolver e adotar mecanismos alternativos expressos em Libras, desde que registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;
- (C) proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras em sala de aula e em outros espaços educacionais;
- (D) incluir em seus orçamentos anuais dotações destinadas a viabilizar ações de formação, capacitação e qualificação de professores e servidores para o uso e difusão da Libras;
- (E) disponibilizar professor ouvinte bilíngue, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras.

71

A recuperação e preservação da memória de nossos povos originários, embora recente, está sendo empreendida por meio de vários instrumentos legais e normativos.

No que concerne à população quilombola, documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos são considerados como aqueles:

- (A) grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, certificados pela Fundação Cultural Palmares, com trajetória histórica própria;
- (B) sítios não ocupados por remanescentes das comunidades de quilombos que são detentores de vestígios materiais referentes à sua memória;
- (C) portadores de novos significados atribuídos ao patrimônio cultural, que deverá ser entendido para além de um registro do passado ainda existente;
- (D) bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente, desde que reconhecidos pelas comunidades quilombolas;
- (E) disponibilizados em linguagem e meios acessíveis à sociedade e, especialmente, às comunidades que foram fonte para produção desse conhecimento.

72

Nos casos de violência contra a criança ou o adolescente pertencente a povos indígenas ocorridos em programa de acolhimento institucional ou familiar, em unidade de internação ou semiliberdade do sistema socioeducativo, deverá haver a comunicação ao(à)(s):

- (A) Conselho Tutelar;
- (B) Distrito Sanitário Especial Indígena;
- (C) juizado especial dos povos indígenas;
- (D) equipe multiprofissional bilíngue;
- (E) profissionais médicos oriundos de territórios indígenas.

73

Ubirajara e Moema, indígenas da tribo Pataxó, são pais de uma menina nascida há 15 dias.

O registro de nascimento da criança será feito:

- (A) em obediência ao ritual tradicional da tribo, e, opcionalmente, à legislação comum;
- (B) no órgão da Funai mais próximo ao território indígena, devendo o nome da criança ser grafado também na forma não indígena;
- (C) de acordo com a legislação comum, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação;
- (D) exclusivamente em livros próprios, no órgão competente de assistência, para o registro administrativo de nascimentos segundo os costumes tribais;
- (E) no cartório, com a prévia aprovação do órgão de proteção ao índio.

74

Lucas trabalha na Secretaria de Assistência Social de um pequeno município do Rio de Janeiro. Foi-lhe solicitada a apresentação de um plano de reestruturação dos serviços de acolhimento para população em situação de rua.

Lucas sabe que a estruturação e reestruturação desses serviços deve ter como referência o(a):

- (A) necessidade de cada município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua;
- (B) percentual de desabrigados a partir de informações coletadas em ONG que trabalham com população de rua;
- (C) censo estadual, orientando-se pela quantidade de desocupados, estratificando por gênero;
- (D) detalhamento das estratégias de implementação dos serviços, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades;
- (E) nomeação de grupos de trabalho temáticos para discutir as condições da população em situação de rua do município.

75

A adolescente Leandra encontra-se em uma entidade responsável por programa de acolhimento institucional.

De acordo com o ECA, imediatamente após o acolhimento, essa instituição deverá, sob a responsabilidade da equipe técnica, elaborar um plano individual de atendimento, do qual deverá constar:

- (A) o diagnóstico psicossocial;
- (B) o relatório de desenvolvimento escolar, se houver;
- (C) os compromissos assumidos pelos pais ou responsável;
- (D) o prontuário com as infrações cometidas pelo adolescente.
- (E) o parecer do Conselho Tutelar justificando a necessidade de acolhimento.

76

Alana cumpre pena privativa de liberdade na penitenciária estadual e está grávida. Há algum tempo ela se sente deprimida, pensando em seu filho nascer em um espaço de reclusão. No atendimento com a assistente social, demanda acompanhamento psicológico, mas ela responde que no momento não há psicólogo na penitenciária, e como não há obrigatoriedade para esse atendimento, deverá aguardar a contratação desse profissional.

Essa informação está:

- (A) correta, pois gestantes presidiárias só têm direito a acompanhamento médico;
- (B) incorreta, posto que a assistente social tem capacitação para prestar assistência inicial nessas situações;
- (C) incorreta, porque incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no pré e pós-natal, inclusive àquela privada de liberdade;
- (D) correta, dado que a equipe multiprofissional nas penitenciárias é composta por agentes administrativos, professores e assistentes sociais;
- (E) incorreta, dado que a presidiária grávida fica reclusa em ambiente especial com outras gestantes até o nascimento de seu bebê.

77

A assistente social Marli começou a trabalhar em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e foi-lhe solicitado um projeto que envolvesse a estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica.

Nesse sentido, a sua população-alvo deverá ser:

- (A) idoso;
- (B) mulher;
- (C) família;
- (D) população de rua;
- (E) criança e adolescente.

78

Na legislação brasileira, em um concurso público, o primeiro critério de desempate é:

- (A) cota racial, dando-se primazia ao candidato preto ou pardo;
- (B) idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada;
- (C) juventude, dando-se vantagem ao candidato de idade menos elevada;
- (D) deficiência física, tendo prioridade o candidato portador de necessidades especiais;
- (E) hipossuficiência, com predileção o candidato que pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais.

79

Uma assistente social foi designada para apresentar laudo social em ação de curatela ajuizada por Pedro em face de sua mãe Teresa (78 anos), sob a alegação de que a idosa foi acometida pela doença Mal de Alzheimer e teria perdido o discernimento. O diagnóstico foi confirmado pelo perito do juízo, cujo laudo indica a falta de condições para exercer os atos da vida civil. Além de Pedro, os outros filhos, Paulo e Perla, também disputam a nomeação individual como curador(a) da mãe, trocando acusações mútuas entre si. Realizado o estudo social, foi conhecido que a briga entre os três irmãos já é antiga e é atravessada por questões financeiras e que, há quinze anos, quando ficou viúva, Teresa passou a residir próximo ao filho Pedro, seu primogênito, a quem nomeou seu procurador dez anos atrás. Nesse momento, também deixou consignado, em seu Testamento Vital, que desejava ter Pedro como seu representante legal, caso viesse a perder a condição de administrar a própria vida.

Tendo como horizonte a garantia de direitos da população idosa e das pessoas com deficiência, assegurada pelas normativas vigentes e as normativas que regem a profissão, é adequado o seguinte posicionamento da profissional em seu laudo:

- (A) registrar que, com a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, tornou-se possível a nomeação de mais de um curador para uma pessoa curatelada, visto que foi acolhido, no texto legal, a curatela compartilhada, modelo que deve ser aplicado ao caso, já que a idosa tem três filhos e todos querem assumir o encargo;
- (B) destacar o dever dos filhos de cuidarem de seus pais quando idosos e valorizar a postura dos três filhos, que não desejam abandonar a mãe, mas, ao contrário, disputam assumir a curatela para poderem cuidar da idosa, e, nesse sentido, sugerir uma curatela alternada para que, a cada período, um seja o curador da mãe;
- (C) ponderar os riscos de nomeação de um filho como curador diante das discordâncias e conflitos entre os três, sugerir que temporariamente a curatela seja exercida por um curador neutro, de confiança do juiz, e que os filhos busquem tratamento psicológico para melhorar a relação, além de, posteriormente, ser feita nova reavaliação;
- (D) observar o fato de a curatela ser uma medida jurídica, conforme a norma vigente, que delega ao curador poderes para administrar bens e patrimônio do curatelado, não impedindo a convivência dos laços afetivos dos filhos com a mãe, nada impedindo a nomeação do filho Pedro, já que foi quem ajuizou a ação de curatela;
- (E) valorizar a escolha que a idosa fez quando ainda estava com plena autonomia e discernimento e referendar a nomeação do filho Pedro como curador, já que nada foi conhecido que o contraindique, e destacar que a escolha de um filho como curador não impede a convivência e oferta de cuidado dos demais filhos à mãe.

80

Vitória tem 34 anos, é filha de João (engenheiro) e de Manuela (gerente de banco). Concluiu o ensino médio e ingressou na faculdade para cursar graduação em informática. Sua trajetória escolar foi interrompida aos 18 anos, quando apresentou um quadro agudo de doença mental, foi internada em um hospital psiquiátrico e recebeu diagnóstico de esquizofrenia. Após receber alta hospitalar, não conseguiu mais retomar seus estudos. Reside com seus genitores e realiza seu acompanhamento em saúde mental no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde participa do coral de músicos e da oficina de geração de rendas. Há 15 anos, seu genitor ingressou com ação judicial e foi nomeado seu curador. No CAPS, Vitória conheceu Joaquim, que também é esquizofrênico, reside sozinho e possui renda mensal decorrente de uma pensão paterna. Vitória e Joaquim estão apaixonados e desejam se casar e ter filhos, mas o pai de Vitória disse que, como curador, não vai autorizar o casamento, e o desentendimento entre o curador e o casal de namorados chegou ao conhecimento do Judiciário, que solicitou estudo social para avaliar o exercício da curatela pelo genitor.

Em acordo com o que consta do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é adequado o parecer social na seguinte direção:

- (A) registrar que a posição do curador expressa o afeto e a preocupação do genitor em relação à sua filha, que, na condição de pessoa com transtorno mental, não tem condição adequada para compreender e assumir as implicações jurídicas do casamento;
- (B) registrar que, na condição de pessoa acometida por doença psiquiátrica e ainda protegida pelo instituto jurídico da curatela, não possui capacidade legal para assumir o ato formal do casamento e por isso depende do consentimento do curador;
- (C) registrar que, na condição de pessoa submetida ao instituto da curatela não pode se casar sem o consentimento do curador, devendo sugerir uma nova perícia médica para reavaliar a possibilidade de levantamento da curatela já que Vitória apresenta boa condição de autonomia;
- (D) registrar que, apesar da preocupação e afeto do genitor em relação à sua filha, ele não tem poderes para impedir o casamento, visto que, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a atuação do curador é restrita à natureza patrimonial;
- (E) registrar que os conflitos entre pai e filha estão prejudicando o bom exercício da curatela, que exige harmonia entre curador e curatelada, e sugerir a substituição do curador, mediante a nomeação da genitora de Vitória para passar a assumir a função.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

